

O QUINTAL ENQUANTO FORMAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL: O TERREIRO DE PARELHEIROS E SUA PATRIMONIZAÇÃO COMO INTRODUÇÃO AOS SEUS CONTRASTES.

*Na fé de Zambi
E de Oxalá
Pedimos Licença
Pros trabalhos começá*

Mc Tha- Abram os caminhos (2020)

Tassi de Oliveira Santos

GRUPO DE TRABALHO: GT3: Cultura, identidade e territórios:

RESUMO

O presente artigo, tem por objetivo apresentar Parelheiros, região periférica da cidade de São Paulo e um dos únicos bairros do município dentro de uma área de preservação ambiental (APA). A construção dos escritos, parte de uma visão contra-colonial, com corrente epistemológica pautada na decolonialidade, com vista a uma discussão crítica dos contrastes encontrados na formação sócio-espacial desse território. Tomando como empréstimo as visões de Kilomba (2020) e o encantamento linebeiju, da escritora afrobrasileira Kiusam de Oliveira (2022), a narrativa desse artigo rompe com a rigidez das escritas acadêmicas e permite a apresentação do território de Parelheiros, fazendo analogia com os "quintais", que aqui se expressam como espaços de memórias onde, quando trazidas à tona, são reclamadas pelos seus atores para serem tombadas. Ainda que se pautem numa visão decolonial, procura-se o afastamento de caráter positivista, elegendo autores que dialoguem de forma não-polarizada com territórios periféricos e constroem a memória enquanto estratégia de pertencimento (Le Goff, 1996; Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018; Gil; Meinerz, 2017; Sant'Anna, 2015). Ao final, apresenta a gira como analogia ao espaço de diálogo e despertar do pertencimento por meio dos arranjos disponíveis e que dão caráter subjetivo aos territórios.

Palavras-chave: patrimonialização; territórios sensíveis; memória; reterritorialização; decolonialidade

INTRODUÇÃO

Vivemos num grande terreiro. Esse quintal que chamamos de "mundo" é o chão que brota frutos, ainda que nem sempre sejam de sabor doce. Mas aí é que está o equilíbrio: no amargor e na doçura. A indiscernibilidade é que causa a contradição, aquela exposta na dialética, e que no discurso de Exú já sempre existira. Os terreiros não são apenas o plantado na mentalidade ocidental, que se refere aos espaços de religiosidade afro-brasileira, é tudo aquilo que colhemos e plantamos na natureza. Os terreiros são nossos quintais que ainda não se modernizaram e carregam seus "pé de coisas", que mais tarde se transformam em chá ou em comida.

Os terreiros ainda se mantêm vivos na memória, ao tempo histórico que os acompanha, é o vínculo passado e presente; a memória enquanto instrumento metodológico, como propriedade de conservação (Le Goff, 1996). O saber fazer, a técnica (Santos, 1998) que para o autor, é soterrada pela modernidade, causa uma desterritorialização, que nos afasta de um passado recente, onde essa conexão com o local foi a base de sustentação da sociedade, que hoje encontra no imediatismo - e nos seus poucos cliques - saberes globais que não são mais os aterrados nos quintais.

Os quintais a que nos referimos aqui são aqueles que apresentam uma relação umbilical com quem manipula a terra e entende que, embora numa sociedade globalizada, os saberes ancestrais são essenciais para um equilíbrio entre o meio e o ambiente. Neste sentido, elegemos um lugar que vem estabelecendo o retorno ao saber fazer, a um equilíbrio ecológico e geração de renda sustentável, reinventando o fluxo e reterritorializando seu território. Por meio de empoderamento social, alinhado às práticas capitais advindas de um turismo agroecológico, apresentamos o bairro de Parelheiros - SP, como exemplo da relação natureza-economia e alguns dos esforços para manutenção e caracterização de uma identidade territorial local, baseada em seu patrimônio, bem como discutir a respeito da importância da patrimonização para as regiões.

De forma poética, o seguinte trabalho pede licença ao apresentar o território de análise, ao chamá-lo de "quintal", que para a questão em cena, é Parelheiros. Nesta pesquisa, utilizou-se pesquisa bibliográfica, análise documental, consulta a repositórios, cartografia e diversas matérias sobre a região. A construção metodológica contou ainda com uma outra visão epistemológica pós-estruturalista decolonial (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018), ao entender que as linhas tradicionais não possuem centralidade em povos usurpados/colonizados e suas tecnologias, tão poucas pautadas na oralidade. A introdução, ora vista, emergiu de um saber tradicional, oralmente apresentado nos terreiros de candomblé e permitido dar luz acadêmica sobre o mesmo numa corrente epistemológica contra hegemônica decolonializada (Silva, 2020 *apud* Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018) e corroborando com a visão de Silva (2022, p. 103)

Ou seja, há de se reconhecer que outras epistemologias sobreviveram e continuam resistindo. Isso só é possível graças às muitas formas de pensar não linear que descendem das/os africanas/os. As tentativas de colocar os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais em lugares invisíveis ou mesmo não os reconhecerem como válidos são características da colonialidade do saber.

Logo, não estamos a pontuar uma história passada, mas a dar notoriedade sobre a história que ainda está por ser escrita e não merece tamanha “desclareza” (em oposição à violência sistêmica gramatical ao termo “dar luz; clarear; obscuridade”), se opondo

a um modelo hegemônico que necessita ser combatido em todos os espaços.

PARELHEIROS: o quintal - espaço de resistências, materialidade e imaterialidade.

Parelheiros é uma região localizada nos limites urbanos da cidade de São Paulo. Ainda que não haja dados históricos que comprovem seus primeiros habitantes, a resistência dos povos indígenas persiste na região, que reconhece o território desses povos dentro da demarcação local. Atualmente, duas reservas indígenas incidem na localidade: Aldeia Indígena Guarani Núcleo Krukutu e a Aldeia Indígena Tenorã Porã.

A região de Parelheiros foi instaurada por colonos alemães, que reorganizaram o espaço a fim de dar a este uma função progressista e moderna. Sua história ocidentalizada inicia-se em 1829, com aproximadamente 90 famílias de imigrantes da Europa, que se estabeleceriam nesta localidade, com planos agrários e derrubada de árvores para extrativismo vegetal, que seria mais tarde essencial para a construção civil da metrópole paulista. Longe da capital da metrópole e pelo pouco investimento governamental da época, tais famílias não demoraram a migrar para outros pontos da capital em busca de melhores condições (São Paulo, 2019).

As mazelas continuaram a dar contorno a um lugar, que, décadas após décadas, continuaria caracterizado pelo esquecimento estatal e avanço neoliberalista econômico. Distante do centro da grande metrópole, atualmente, a região de Parelheiros é um contraste pulsante das desigualdades urbanas. Boa parte desse contraste dá-se por seu contorno ecológico. A região em destaque é uma das poucas áreas de preservação ambiental que a capital paulista possui. Possui um Polo de Ecoturismo (São Paulo, 2014), destinado ao território, com ações voltadas ao reconhecimento e à memória deste, além da possibilidade de apresentar um outro olhar sobre o lugar, através dos seus patrimônios. Neste quintal vivo, há uma vasta extensão de patrimônios históricos, cultuados pelos seus atores locais que emprestam suas histórias a quem se destina a ali conhecer.

Segundo definição do IPHAN (Brasil, 2025, online), o patrimônio cultural “refere-se a um bem móvel, imóvel ou natural, que possua valor significativo para uma sociedade, podendo ser estético, artístico, documental, científico, social, espiritual ou ecológico”. Neste sul, parece ser um dever apresentar os fios das missangas¹ de Parelheiros e como seus espaços dão forma ao seu território, por meio de seus aspectos particulares (Santos, 2004).

¹ "A missanga, todos a veem. Ninguém nota o fio que, em colar vistoso, vai compondo as missangas. Também assim é a voz do poeta: um fio de silêncio costurando o tempo. A vida é um colar. Eu dou o fio, as mulheres dão as missangas. São sempre tantas as missangas." É assim que o donjuanesco personagem do conto O fio e as missangas define a sua existência. Mia Couto, neste livro, nos convida a olhar o que faz a existência, e neste caso, a tomo para tecer o que sustenta e dá identidade a um todo, que neste caso é um todo tão contraditório.

PATRIMÔNIO	CLASSIFICAÇÃO	TOMBAMENTO
APA Capivari-Monos	<i>Paisagem Natural/ Unidade de Conservação</i>	Lei Municipal nº 13.136, de 09 de junho de 2001
Área de Mananciais e nascentes da bacia Guarapiranga e Billings	<i>Paisagem Natural/ Unidade de Conservação</i>	Lei Municipal nº 13.136, de 09 de junho de 2001
Aldeia Indígena Guarani Núcleo Krukutu	<i>Patrimônio Imaterial</i>	Decreto 94.222 - 15/04/1987 (Fonte: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3677)
Aldeia Indígena Tenorã Porã	<i>Patrimônio Imaterial</i>	Declarada por Portaria 548 - 06/05/2016 (Fonte: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/5248)
Cratera da Colônia	<i>Patrimônio Geológico</i>	Patrimônio natural geológico tombado pelo Condephaat em 1995 (Fonte: http://condephaat.sp.gov.br/)
Capelinha de Santa Cruz (capelinha azul)*	<i>Patrimônio histórico</i>	Resolução nº4 da CONPRES de 2018
Vila Ferroviária e Estação Evangelista de Souza *	<i>Patrimônio histórico</i>	Resolução nº4 da CONPRES de 2018
Cemitério de Colônia	<i>Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC)</i>	ZEPEC) no plano regional das subprefeituras 2008

Quadro I elaborado pela autora. * Adaptado do texto do quadro de tombamento da Resolução nº 4 da ConpresSP de 2018.

O patrimônio cultural, material e natural da região demonstra a riqueza cultural que extrapola suas periferias marginalizadas. O tombamento bem como o reconhecimento de suas potencialidades territoriais culminou na criação de políticas de valorização do entorno, como o já citado Polo de Ecoturismo.

Esse movimento de patrimonização pode ser entendido como os movimentos de forças antagônicas, que se encontram na esfera legal e de modo dialético, elencam onde, por que e como os símbolos materiais e imateriais são tombados. O texto de tombamento

da Resolução nº 4 da ConpresSP de 2018 apresenta o tecido patrimonial da região, listando os imóveis da época do colonialismo em Parelheiros, destacando a relevância cultural e histórica para o entorno com vista à sua preservação passado-presente-futuro. Mas tal relevância ao que/quais objeto(s) serão patrimonializados depende de um rito de uma população; do seu reconhecimento; da sua materialidade para aquela localidade ou aquele povo onde será “realizado e regulamentado a partir da noção da existência de um interesse público mais amplo e não a partir de uma perspectiva individual ou grupal” (Sant’Anna, p.3, 2015).

Se o movimento dos atores dos territórios narra os símbolos deste território-região, essa simbiose espacial pode ser vivida nesse quintal marginalizado que vem a ser Parelheiros, que dentre suas riquezas imateriais, salvaguarda a última moradia da célebre escritora afrobrasileira, Carolina de Jesus. Na contradição dos conflitos com o aparato público, em 2022, um comitê foi instaurado para responder à instalação da estátua em homenagem à escritora pela prefeitura num parque linear da região.

O comitê, por sua vez, escancara o racismo sistêmico atemporal, ao verificar que o legado da escritora deveria ser homenageado na praça principal do bairro, local com maior exposição (Borges, 2022). Em referência ao texto da autora Márcia Sant’Anna (2015), constata-se o embate de forças e afastamento da sociedade de decisões conjuntas e apartidárias, ainda que previsto na Constituição de 88, tamanha a hostilidade estatal sobre um assunto de relevância ao território e o silenciamento abrupto dos seus usuários.

Esse esvaziamento deve-se também a uma discrepância de realidade dos sujeitos negros com a possibilidade de sua magnitude e alcance intelectual, vide todo apagamento de um continente que, ironicamente, emprestou aos colonizadores o conceito de educação (Mokhtar, 2010).

No Brasil, nosso esvaziamento, no que tange à nossa forma de conceber o patrimônio e reconhecê-lo como nosso, deve ser, em primeiro momento, à ótica temporal da nossa colonização e dos séculos de submissão a uma cultura hegemônica europeia cristalizada ontologicamente, desenhada na dicotomia entre o feio e o belo; o branco e o preto; o selvagem e o civilizado (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018; Gil; Meinerz, 2017) e tal colonialidade encontra-se ainda na subjetividade da construção cultural brasileira. A reconstrução do que foi estigmatizado é um ato de rebeldia. Há de, primeiro, reconhecer-se enquanto sujeito num espaço, depois de “definir sua realidade, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (Kilomba, 2019, p. 28 apud hooks, 1989, p. 42) e num território o que o torna sujeito, é o que se encontra no seu vasto quintal, são seus casarões, seus lugares de comer, seus lugares de encontros, suas

estátuas, seus parques, seus atores, seus museus, suas múltiplas gastronomias. Nos quintais das urbes, os sujeitos podem se reterritorializar, (r) estabelecem seus elos e as relações espaciais com o lugar (Hutta, 2020).

UNINDO AS GIRAS: fazer gira no quintal para marcar o chão.

*Deixa a gira girar
Saravá, lansa
É Xangô e Iemanjá, iê
Deixa a gira girar*

Os Tincoãs- Deixa a gira girar (1973)

A partir do momento em que me coloco numa escrita, estou me propondo a contar a história através da minha perspectiva, e por ser uma sujeita negra, posso, ao ponto do que me ensina Grada Kilomba (2019), contar a história lembrando do que já me fora silenciado, ou seja, o silêncio epistemológico imposto e recuperar uma história escondida. Dar voz a territórios periféricos e colocá-los com linebeiju² ao que podem trazer outras flechas sobre os espaços. Parelheiros é um misto de contradições. Ao adentrar em tuas matas dadas e modificadas (a que me refiro, as preservadas e as que sofreram e sofrem incidência predatória), seus clarões se fundem entre as casas campestres, a modernização *mcdonista*, às modernidades e as perversidades sociais desta, com suas casas mal acabadas e localidades de renda per capita que se assemelham a algumas localidades do continente africano (São Paulo, 2016).

A análise geográfica que caracteriza a formação do espaço socioeconômico da região dá-se por fatores que, por hora, não nos cabem, mas que poderão ser, a partir desta escrita, usadas como sul para futuras pesquisas. Ao que nos vale, é a relevância da patrimonização para os territórios e seus atores, e sobretudo para a exposição e fortalecimento de laços exteriores a este.

Parelheiros (r)existe antes da sua colonização. Ademais, ao voltarmos à relação de seus bens materiais e imateriais, culturais e históricos, há o reconhecimento e demarcação de terras indígenas, povos de resistência, resiliência e contra-hegemônicos (Krenak, 2020; Bispo, 2023). A estes habitantes originários, os autores Souza e Exener (2016) trazem a problemática e exaltam o ethos indígena como o patrimônio cultural brasileiro, pois dispõe de uma importância atemporal, intrínseca e inseparável da

²Linebeiju é o “encantamento através da palavra; da literatura; da escrita”. LINEBEIJU -literatura negro-brasileira do encantamento infantil e juvenil, da autora Kiusam de Oliveira.

constituição da formação econômica, social e cultural do país e que dá o contorno da natureza do espaço (Santos, 2004). Paralelo ao exposto, o que cabe aqui é a importância com que o tombamento e reconhecimento de localidades, objetos, ritos etc, como o citado, promoveram ações que apresentassem aos estrangeiros urbanos esta região, movimentando seus usuários, revigorando espaços e empoderando um cenário urbano, (re)costurando o tecido afetivo muitas vezes rasgado pelo apagamento e precarização comumente imposta aos sujeitos das periferias das urbes metropolitanas.

A negação da memória é um ato sistêmico e politicamente planejado. A reconstrução da memória pela patrimonização implica a “chave de leitura para compreender como a memória de tais grupos tem lugar ou não lugar nas instituições de memória” (Gil; Meinerz, 2017, p. 21). Neste viés, aumentando a escala municipal a uma global, Amondaray (2024), também nos traz a crítica quanto à ocultação de determinados patrimônios que caracterizam os povos usurpados, neste caso, os afro-latinos da Argentina, e o significativo esforço estatal para a exclusão das identidades, no que tange às heranças negras no país.

laura aséptica con la que se lo rodea apunta a hacer invisible las causas que permiten que ciertas clases sociales se apropien de los referentes culturales que conforman la identidad pública, fenómeno que sustenta instancias de exclusión -parcial o total- de ciertos actores, memorias e identidades (Amondaray, 2024, p. 131 *apud* Arantes, 1984; Hall, 2016).

Convenientemente, a ilustração do ativista histórico do movimento negro no Brasil, Edson L. Cardoso disserta sobre a memória em uma entrevista no ano de 2018:

Outro dia eu estava citando Steve Biko, que tem uma frase para comunicar amplamente. Ele diz assim: “Um povo sem memória é como um carro sem motor”. É uma frase que comunica a qualquer pessoa. Todo mundo entende que um carro sem motor não vai para lugar nenhum. O que tenho dito: se queremos ir a algum lugar, vamos ter que ligar o motor. Ligar o motor, na visão de Steve Biko, é ativar a memória. A gente ativa a memória para caminhar para a frente. Se a gente não tem ideia de nosso percurso, de nossos valores de cultura, de nossa resistência, como é que a gente vai seguir? Para a gente seguir, tem que se amparar nas experiências vividas, nas vivências, nos acúmulos de cultura e civilização que estão conosco. A nossa arma mais poderosa é a memória. Ativar a memória é estimular a luta (Fundo Brasil, 2018, online) .

O caso da estátua da autora Carolina de Jesus escancara de forma categórica o anterior posto. Para além dos entraves já elencados, vemos um direito a determinados sujeitos à “não memória”. Trazer a figura de uma das mais emblemáticas escritoras negras do nosso país para seu território é o exemplo da convergência entre passado e futuro, deixando à mostra a história dos sujeitos, dos seus legados e da sua imortalidade.

SAINDO DA GIRA E DEIXANDO OS ESPAÇOS ABERTOS: BATER PALMAS PARA CONGREGAR O SAGRADO: do imaterial ao material.

A gira é um espaço de concretudes intangíveis àqueles que são de fé. E as giras não pertencem unicamente às religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras. São agrupamentos circulares. São caminhos. É a primeira comunhão que se faz quando se pede licença aos guias espirituais para iniciar os trabalhos. De forma sintética, essa é a forma que as comunidades tradicionais se organizam para olhar os seus sem hierarquização. No mundo ocidentalizado, se olharmos as escolas, por exemplo, o estranhamento é quando um professor/professora solicita que a forma bancária totalitária seja desfeita para substituir por uma que as nucas cedem lugar aos olhares lineares. A gira é a porta de entrada, assim como também é a porta de saída.

Sair de uma gira exige respeito: quem tem Santo é que entende. Mas se pensarmos nos espaços por onde passamos, onde somos invocados a visitar, seja por força intrínseca ou força extrínseca, sabemos que tal movimentação se baseia no desejo de retirar daquele lugar algo que satisfaça essas movimentações e que estas precisam apresentar aparelhos que nos instiguem. O território de Parelheiros não é a gira que encanta aos olhos numa primeira busca em diretórios de pesquisa. É preciso a superação do comum para descobrir e se permitir a retirada da venda para que se enxergue suas possibilidades e, para além, vejam as rupturas do território como também suas marcas de identidade, tanto passada como futuras e como estas, juntos aos seus atores, trazem à tona um território que hoje é sustentado verticalmente e as horizontalidades, estão de forma transversal para o fortalecimento e desenvolvimento do território.

A modernidade nos trouxe uma visão hegemônica de beleza e, por isso, é importante se manter vigilante à superação imediatista. Não se considera que há beleza nas periferias, mas elas não podem ser apenas paisagistas. Se forem a Parelheiros, se proponham a abrir sua gira pela comida orgânica do Restaurante da Marlene, que é uma guardiã dos quintais da região e um ponto de encontro social e político que ali existe. Peça um suco de cambuci e a costelinha com molho dessa fruta nativa brasileira, abundante lá em seu quintal. Faça uma visita e peça licença para entrar nas aldeias e solo sagrado indígena. Aproveite para seguir a estrada ecológica, visite o centro histórico da região e analise os contrastes que a modernidade nos concebe. Não saia de lá sem agradecer pelo caminho que lhe deram e sem fazer as críticas necessárias a um sistema que privilegia uns e subalterniza outros. A “beleza” que procura não estará em grandes ruínas arquitetônicas,

canyons, numa torre torta ou num mar azul turquesa, estará nas particularidades que as relações humanas ainda teimam em se manter não-colonializadas. Procure a memória do povo, aquilo que não está escrito, que parte das vivências, do pulsar da fala sobre como aquele espaço foi se erguendo acima das suas rupturas.

Marcar o chão é escrever o grito da memória. Abrir a gira é expor os riscos no chão, e para se retirar bater palmas três vezes e chamar os nomes daqueles que deram o solo (laroyê).

REFERÊNCIAS

- AMONDARAY, Santiago. **Esbozo desde la negatividad afro del patrimonio**: relecturas posibles de un patrimonio oficial en San Antonio de Areco. *Patrimônio e Memória*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 130–155, 2024. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3416>>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BISPO, Antônio dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023. 112 p.
- BORGES, Thiago. **Família de Carolina de Jesus e coletivos de Parelheiros questionam Prefeitura sobre lugar escolhido para estátua da escritora**. Disponível em: <<https://periferiaemmovimento.com.br/carolinadejesusestatua022022/>>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- CARDOSO, Edson Lopes. **A nossa arma mais poderosa é a memória**. Entrevista concedida a Cristina Camargo e Simone Nascimento. *Fundo Brasil*: Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/noticia/a-nossa-arma-mais-poderosa-e-a-memoria/>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- GIL, C. Z. de V.; MEINERZ, C. B. **Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais**: possibilidades para a decolonização dos saberes. *Horizontes*, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 19–34, 2017. DOI: 10.24933/horizontes.v35i1.436. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/436>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- HUTTA, J. S. **Territórios afetivos**: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. *Caderno Prudentino de Geografia*, [S. l.], v. 2, n. 42, p. 63–89, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7883>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 126 p.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. 4. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1996.
- MOKHTAR, Gamal. **História geral da África II**: África antiga. Ed.: Gamal Mokhtar. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. 1008 p.
- SANT'ANNA, Márcia. **Preservação como prática**: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Preservação). ISBN 978-85-7334-279-6
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SÃO PAULO. **LEI Nº 15.953 de 7 de Janeiro de 2014**. Dispõe sobre a criação do Polo de Ecoturismo nos Distritos de Parelheiros e Marsilac até os limites da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia,

e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15953-de-07-de-janeiro-de-2014#>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Quadro Analítico**. 2016.

SILVA, Carla Pereira. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SILVA, Givânia Maria da. **Por outras epistemologias: os quilombos como espaços de construção de conhecimentos**. Rev. de Estudos em Relações Interétnicas, v. 23, n. 1, p. 100–127, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/25545>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SOUZA, G. M. **A terra indígena como patrimônio cultural e o seu reconhecimento pela constituição federal**. Portal de Trabalhos Acadêmicos, [S. l.], v. 8, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.faculadadedamas.edu.br/index.php/academico/article/view/2156>. Acesso em: 24 abr. 2025.